



IBERSOL – S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso 105/159-9º andar - Porto

Contribuinte N° 501.669.477

Matriculada na Cons. Reg. Com. Porto sob o N° 51.117

Capital Social: 20.000.000 Euros

Relatório e Contas

Consolidados

1º Semestre 2006

1 - ACTIVIDADE

O volume de negócios consolidado no 1º semestre de 2006 atingiu os 69,7 milhões de euros o que representa um crescimento de 6,6% face ao período homólogo do ano passado.

As vendas consolidadas do conjunto de negócios de restauração do Grupo, incluindo Espanha, cresceram 7,2% atingindo um montante de 67,1 milhões de euros que se repartiram da forma seguinte:

VENDAS	milhões euros	Variação 06/05
Pizza Hut	26.07	3.1%
Pans/Bocatta	9.12	8.4%
KFC	3.65	-8.4%
Burger King	4.38	25.5%
Pasta Caffé (Portugal)	3.83	-0.6%
O`Kilo	3.57	-1.2%
Quiosques	1.52	18.4%
Café Sô	2.02	16.8%
PAPÀki	0.27	-16.1%
Cantina Mariachi	0.19	6.9%
Arroz Maria	0.18	
IBER e Outros	2.88	4.1%
Portugal	57.68	4.5%
Pizza Móvil	8.31	28.0%
Pasta Caffé (Espanha)	1.10	21.3%
Espanha	9.41	27.2%
Total Restauração (LP)	67.10	7.2%

Em Portugal, num contexto económico ainda pouco favorável a incrementos no consumo, as vendas cresceram 4,5% com especial destaque para as marcas Pans e Burger King que continuam a ganhar quota nos respectivos mercados.

A Pizza Hut teve um comportamento positivo e no 1º semestre superou os 26 milhões de euros.

Desde o 4º trimestre de 2005 que a KFC foi fortemente afectada pela “gripe das aves” e embora tenha encetado uma ligeira recuperação no 2º trimestre denota dificuldade em atingir os níveis de venda anteriores.

O aumento de operadores de restauração no segmento das carnes nos *food courts* dos Shoppings com políticas de preço agressivas fez aumentar a concorrência ressentindo-se deste facto as vendas do OKilo que manteve a estratégia de não degradar os preços e privilegiar a qualidade.

Em Espanha, na Pizza Móvil, com a aquisição de lojas franquizadas em Madrid e nas Astúrias apresenta um forte crescimento das vendas de restauração.

Para o volume de negócios consolidados, contribuíram ainda as vendas de mercadorias e os proveitos decorrentes da prestação de serviços às unidades franquizadas que, em conjunto, atingiram o montante de 2,6 milhões de euros, valor 6,2% inferior ao do 1^a semestre do exercício de 2005 devido à aquisição de 6 unidades franquizadas da Pizza Móvil, no início deste ano.

Durante o semestre o grupo abriu 17 unidades próprias e encerrou a unidade da Pans situada na Duque de Ávila e a unidade PapÀki no Parque Nascente.

O quadro abaixo resume as variações do nº de unidades:

Nº Unidades	2005 31-Dez	2006		
		Aberturas	Encerramentos	30-Jun
PORTUGAL	258	9	3	264
Próprias	250	9	2	257
Pizza Hut		2		
Okilo		1		
Pans		2	1	
Burger King		3		
Quiosques		1		
PapÀki			1	
Franqueadas	8		1	7
ESPANHA	72	9	6	75
Próprias	45	8	0	53
Pizza Móvil		7		
Pasta Caffé		1		
Franqueadas	27	1	6	22
Pizza Móvil		1	6	
Total Próprias	295	17	2	310
Total Franqueadas	35	1	7	29

Foram adquiridas 6 unidades franquizadas da Pizza Móvil

2- RESULTADOS

A margem bruta evoluiu favoravelmente e atingiu o montante de 54,4 milhões de euros, representando 78,1% do volume de negócios.

Apesar do Grupo ter incorrido em alguns custos não recorrentes, associados à OPA sobre a Tele Pizza, a focalização de toda a organização no controlo de custos, associada à optimização de alguns processos com impacto na racionalização dos gastos fixos, permitiu que a margem EBITDA consolidada tenha atingido 9,6 milhões de euros, representando 13,7% das vendas, correspondendo a um crescimento de 8,5% em relação a igual período de 2005.

A margem EBIT consolidada atingiu os 8,4% do volume de negócios, o que corresponde a um crescimento de 0,5 pp, relativamente ao mesmo período do ano passado.

Beneficiando da evolução das taxas de juro durante o último ano e do forte esforço de investimento só ter ocorrido no final do semestre, o resultado financeiro foi negativo em 329 mil euros, que compara com um resultado negativo de 455 mil euros no final do 1º semestre de 2005.

O resultado líquido consolidado do primeiro semestre atingiu o valor de 3,9 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 15,4% face ao mesmo período de 2005, passando a representar 5,6% do volume de negócios.

O resultado líquido imputável ao Grupo atingiu o valor de 3,7 milhões de euros, ao qual corresponde um crescimento de 15% face ao valor registado no 1º semestre de 2005.

O *cash flow* gerado superou 7,6 milhões de euros, representando 11,6 % das vendas, traduzindo um crescimento de 9,6%, acima do crescimento das vendas.

3- SITUAÇÃO FINANCEIRA

O investimento total foi superior a 36 milhões de euros, dos quais se destacam:

- direitos de concessão de 24 áreas de serviço no montante de 12,4 milhões de euros;
- bens imobiliários (escritórios Porto e Lisboa e 12 restaurantes) no montante de 13,7 milhões de euros;
- expansão – abertura de 17 unidades - no montante de 8,5 milhões de euros.

Acresce ainda a aquisição de acções próprias, que em termos líquidos ascendeu a 201.080 acções correspondendo a um desencaixe de 1,5 milhões de euros. Consequentemente, no final do semestre a sociedade detinha 1.573.211 acções próprias, representativas de 7,87% do capital, com um valor de aquisição que ascende a 6,75 milhões de euros.

Em virtude de alguns dos investimentos terem pagamento diferido ao longo do segundo semestre, as rubricas de contas a pagar a fornecedores aumentaram significativamente, nomeadamente as relacionadas com o fornecimento de imobilizado que aumentaram em cerca de 11 milhões de euros.

Em consequência, a dívida líquida remunerada aumentou substancialmente, situando-se em 39 milhões de euros, cerca de 21 milhões de euros superiores ao do final do exercício de 2005.

Durante o 1º semestre o Grupo reembolsou a prestação semestral do empréstimo de MLP contraído em 2003 no montante de 2 milhões de euros e pagou dividendos de 1,02 milhões de euros.

O Activo Total sofreu um aumento de 36 milhões de euros e os capitais próprios no final do semestre eram de 52,1 milhões de euros.

No final do semestre, a autonomia financeira era de 35% sendo o rácio de cobertura dos encargos financeiros de 18.

4 - FACTOS SUBSEQUENTES E PERSPECTIVAS

Conforme enunciado a Ibersol perspectiva que grande parte do seu crescimento assente no desenvolvimento dos negócios no mercado espanhol.

Com este objectivo a Ibersol está atenta às oportunidades de negócios em Espanha e esteve presente em duas operações concluídas já no mês de Julho:

- Lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição concorrente sobre o capital da Tele Pizza, SA da qual desistiu conforme comunicado de 20 de Julho.
- Aquisição da sociedade espanhola Lurca SA que explora 31 unidades Burger King em Espanha. O valor total da operação ascendeu a cerca de 29 milhões de euros.

No segundo semestre o volume de negócios deverá evoluir de forma idêntica à que se registou na primeira parte do ano, ressalvados os tradicionais efeitos de sazonalidade, que habitualmente beneficia o desempenho do segundo semestre.

No que concerne à expansão prevemos a abertura de mais duas unidades Pizza Hut e concentraremos os nossos esforços no desenvolvimento dos projectos das unidades para as Áreas de Serviço das concessões adquiridas. As dificuldades das entidades concedentes em disponibilizarem as plataformas da área de restauração que nos permita iniciar a construção impede-nos de neste momento avançar com um programa de aberturas. Porém, as nossas expectativas é que uma grande parte delas entrem em funcionamento durante o próximo ano.

Porto, 19 de Setembro de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

30 de Junho de 2006

Índice às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota	Página	Nota	Página
Balanço Consolidado	3	5 Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e outras	21
Demonstração Consolidada dos Resultados	4	6 Informação por segmentos	24
Demonstração das alterações no capital próprio consolidado	5	7 Factos não usuais e não recorrentes e sazonalidade	25
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	6	8 Activos fixos tangíveis	25
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	7	9 Activos intangíveis	27
1 Nota introdutória	7	10 Activos financeiros disponíveis para venda	28
2 Principais políticas contabilísticas:		11 Outros activos não correntes	29
2.1 Base de preparação	7	12 Existências	29
2.2 Consolidação	8	13 Caixa e equivalentes de caixa	29
2.3 Relato por segmentos	8	14 Outros activos correntes	30
2.4 Conversão cambial	9	15 Capital social	31
2.5 Activos Fixos Tangíveis	10	16 Empréstimos	31
2.6 Activos Intangíveis	11	17 Impostos diferidos	32
2.7 Imparidade de activos	13	18 Provisões para riscos e encargos	33
2.8 Investimentos Financeiros	13	19 Outros passivos não correntes	33
2.9 Existências	15	20 Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	34
2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores	15	21 Outros passivos correntes	34
2.11 Caixa e equivalentes de caixa	16	22 Imposto sobre rendimento	35
2.12 Capital social	16	23 Resultado por acção	35
2.13 Empréstimos Obtidos	16	24 Dividendos	35
2.14 Impostos Diferidos	17	25 Contingências	36
2.15 Provisões	17	26 Eventos subsequentes	36
2.16 Reconhecimento do Rédito	17	27 Aprovação das demonstrações financeiras	36
2.17 Locações	18		
2.18 Distribuição de dividendos	19		
3 Gestão do risco financeiro	19		
4 Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos	21		

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 e 2005
 (valores em euros)

ACTIVO	Notas	30-06-2006	31-12-2005
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 8	92.660.578	72.939.598
Diferenças de consolidação	2.6 e 9	13.363.455	13.386.537
Activos Intangíveis	2.6 e 9	18.133.400	5.066.114
Impostos diferidos activos	2.14 e 17	2.495.516	2.138.207
Activos financeiros disponíveis para venda	2.8 e 10	2.184.582	2.184.583
Outros activos não correntes	11	256.544	251.187
Total de activos não correntes		<u>129.094.075</u>	<u>95.966.227</u>
Corrente			
Existências	2.9 e 12	2.906.387	2.766.476
Caixa e equivalentes de caixa	2.11 e 13	2.864.954	5.340.182
Outros activos correntes	14	15.498.222	10.188.162
Total de activos correntes		<u>21.269.563</u>	<u>18.294.820</u>
Total do Activo		<u>150.363.638</u>	<u>114.261.047</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	2.12 e 15	20.000.000	20.000.000
Ações próprias	2.12 e 15	-6.754.132	-5.231.968
Diferenças de consolidação		157.901	134.100
Reservas e resultados transitados		33.228.560	25.055.784
Resultado líquido do exercício		<u>3.744.224</u>	<u>9.170.962</u>
		50.376.553	49.128.878
Interesses minoritários		<u>1.726.665</u>	<u>1.564.137</u>
Total do Capital Próprio		<u>52.103.218</u>	<u>50.693.015</u>
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	2.13 e 16	13.174.355	10.062.111
Impostos diferidos passivos	2.14 e 17	6.872.614	6.204.942
Provisões para outros riscos e encargos	2.15 e 18	5.257	15.393
Outros passivos não correntes	19	3.786.046	3.848.487
Total de passivos não correntes		<u>23.838.272</u>	<u>20.130.933</u>
Corrente			
Empréstimos	2.13 e 16	24.482.961	8.453.358
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	20	38.002.376	25.936.255
Outros passivos correntes	21	11.936.811	9.047.486
Total de passivos correntes		<u>74.422.148</u>	<u>43.437.099</u>
Total do Passivo		<u>98.260.420</u>	<u>63.568.032</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>150.363.638</u>	<u>114.261.047</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO de 2006 E 2005
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>30-06-2006</u>	<u>30-06-2005</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	2.16 e 6	69.012.343	64.754.686
Prestações de serviços	2.16 e 6	680.451	605.338
Outros proveitos operacionais		1.450.840	1.913.933
Total de proveitos operacionais		<u>71.143.634</u>	<u>67.273.957</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		15.242.876	14.541.614
Fornecimentos e serviços externos		22.434.724	22.214.851
Custos com o pessoal		22.808.908	21.187.088
Amortizações e depreciações e perdas por imparidade	8 e 9	3.705.277	3.536.039
Provisões		-	79.699
Outros custos operacionais		1.105.910	529.628
Total de custos operacionais		<u>65.297.695</u>	<u>62.088.919</u>
Resultados Operacionais		<u>5.845.939</u>	<u>5.185.038</u>
Custo de Financiamento líquido		-329.105	-455.744
Resultados Extraordinários		-	-
Resultado antes de impostos		<u>5.516.834</u>	<u>4.729.294</u>
Imposto sobre o rendimento	22	1.610.683	1.345.454
Resultado depois de impostos		<u>3.906.151</u>	<u>3.383.840</u>
Resultado consolidado do exercício		<u>3.906.151</u>	<u>3.383.840</u>
Atribuível a:			
Accionistas		3.744.224	3.235.100
Interesses minoritários		161.927	148.740
Resultados por acção			
Básico	23	<u>0,20</u>	<u>0,17</u>
Diluído		<u>0,20</u>	<u>0,17</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS
PARA O SEGUNDO TRIMESTRE DOS ANOS de 2006 E 2005
(valores em euros)

	Notas	2º TRIMESTRE	
		2006	2005
Proveitos operacionais			
Vendas e Prestações de serviços		35.891.012	32.751.982
Outros proveitos operacionais		1.045.620	1.318.547
Total de proveitos operacionais		36.936.632	34.070.529
Custos Operacionais			
Custo das vendas		7.545.431	7.093.645
Fornecimentos e serviços externos		11.868.294	11.327.611
Custos com o pessoal		11.863.498	10.858.051
Amortizações e depreciações, provisões e perdas por imparidade		1.761.473	1.689.865
Outros custos operacionais		1.020.455	522.449
Total de custos operacionais		34.059.151	31.491.621
Resultados Operacionais		2.877.481	2.578.908
Custo de Financiamento Líquido		-115.298	-200.565
Resultados Extraordinários		-	-
Resultado antes de impostos		2.762.183	2.378.343
Imposto sobre o rendimento		802.080	684.497
Resultado depois de impostos		1.960.103	1.693.846
Resultado consolidado do exercício		1.960.103	1.693.846
Atribuível a:			
Accionistas		1.903.726	1.639.159
Interesses minoritários		56.377	54.687
Resultados por acção			
Básico		0,10	0,09
Diluído		0,10	0,09

O Conselho de Administração,

Demonstração Consolidada das alterações no Capital Próprio
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2005 e 2006
 (valores em euros)

	Nota	Atribuível a detentores do capital				Interesses Minoritários	Total Capital Próprio	
		Capital Social	Acções Próprias	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido			Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005		20.000.000	-5.254.329	18.201.111	8.334.045	41.280.827	1.591.339	42.872.166
Aplicação do resultado consolidado de 2004:								
Transferência para reservas e resultados transitados				7.309.471	-7.309.471	0		0
Dividendos distribuídos	24				-1.024.574	-1.024.574		-1.024.574
Aquisição/(alienação) de acções próprias	15		22.361	-10.068		12.293		12.293
Variação nas reservas de conversão				-38.188		-38.188		-38.188
Variação nos interesses minoritários				-38.353		-38.353	38.353	0
Variação na % interesse Vidisco				-78.217		-78.217	-444.130	-522.347
Resultado consolidado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005					3.235.100	3.235.100	148.740	3.383.840
Saldo em 30 de Junho de 2005		20.000.000	-5.231.968	25.345.755	3.235.100	43.348.887	1.334.302	44.683.190
Saldo em 1 de Janeiro de 2006		20.000.000	-5.231.968	25.189.883	9.170.962	49.128.877	1.564.137	50.693.014
Aplicação do resultado consolidado de 2005:								
Transferência para reservas e resultados transitados				8.157.329	-8.157.329	0		0
Dividendos distribuídos	24				-1.013.633	-1.013.633		-1.013.633
Aquisição/(alienação) de acções próprias	15		-1.522.165	16.045		-1.506.120		-1.506.120
Variação nas reservas de conversão						0		0
Variação nos interesses minoritários				-601		-601	601	0
Variação nas diferenças de consolidação negativas				23.806		23.806		23.806
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de Junho de 2006					3.744.224	3.744.224	161.927	3.906.151
Saldo em 30 de Junho de 2006		20.000.000	-6.754.133	33.386.462	3.744.224	50.376.553	1.726.665	52.103.218

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Para os períodos findos em 30 de Junho de 2005 e 2006
 (valores em euros)

	Nota	Períodos findos em 30 de Junho	
		2006	2005
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Fluxos das actividades operacionais (1)		9.793.064	10.510.706
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.580.077	2.988
Activos tangíveis		4.189	954.843
Activos intangíveis			
Juros recebidos		156.303	131.858
Dividendos recebidos			
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		4.223.169	2.709.611
Activos tangíveis		6.251.113	3.849.649
Activos intangíveis		13.967.277	333.399
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		(22.700.990)	(5.802.970)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Contratos de locação financeira			
Venda de acções próprias		40.610	51.500
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Amortizações de contratos locação financeiras		1.212.028	1.093.678
Juros e custos similares		544.704	751.971
Dividendos pagos		1.013.633	1.024.574
Reduções capital e prest.suplementares			
Aquisição de acções próprias		1.546.730	39.207
Outros			
Empréstimos obtidos		208.797	3.175.308
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(4.485.282)	(6.033.238)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-17.393.208	(1.325.502)
Efeito das diferenças de cambio			117
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.825.138	24.299
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13	-15.568.070	-1.301.320

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2006

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 339 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Cantina Mariachi, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burguer King, O’ Kilo, Pap’ aki, Bocatta, Café Sô, Iber, Pizza Móvil e Arroz Maria. O Grupo possui 310 unidades de exploração própria e 29 em regime de franquia. Deste universo, 75 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 53 estabelecimentos próprios e 22 franquizados.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada na União Europeia, emitida pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), em vigor em 30 de Junho de 2006.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorreu pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

As políticas contabilísticas adoptadas a 30 de Junho de 2006 não diferem das que foram adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2005.

2.2 Consolidação

(a) Subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição, mais os custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição, relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis adquiridos, é registado como diferença de consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração de Resultados (ver Nota 2.6).

As transacções internas, saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do grupo são eliminadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.4 Conversão cambial

(a) Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“A moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

(b) Transacções e Saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data do balanço dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa, ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.

As diferenças de conversão em elementos não monetários, tais como investimentos detidos ao justo valor através de resultados, são reportadas como parte dos ganhos ou perdas do justo valor. As diferenças de conversão em elementos não monetários, tais como investimentos classificados como activos financeiros disponíveis para venda, são incluídas na reserva de justo valor nos capitais próprios.

(c) Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tendo divisas de uma economia hiper-inflacionária) que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidas para a moeda de apresentação como segue:

(i) Os activos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;

(ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa média de câmbio (a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções); e

(iii) As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio.

Na consolidação, as diferenças de câmbio resultantes da conversão do investimento líquido em entidades estrangeiras, de empréstimos e de outros instrumentos financeiros designados como cobertura de tais investimentos, são levadas aos capitais próprios. Quando uma operação estrangeira é vendida, essas diferenças de câmbio são reconhecidas na Demonstração de Resultados como parte do ganho ou perda na venda.

As diferenças de consolidação e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como activos ou passivos da entidade estrangeira e convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento.

2.5 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afectos à actividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia, nomeadamente, decorrentes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, excepto no que confere aos imóveis que integram as demonstrações financeiras da sociedade IBR Imobiliária, S.A., sociedade adquirida no decurso do primeiro semestre do ano, os quais são ajustados ao justo valor.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos activos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-50 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores depreciáveis dos activos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.7).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em outras reservas é transferido para lucros retidos.

2.6 Activos Intangíveis

a) Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação representam o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição. As diferenças de consolidação resultantes da aquisição de subsidiárias são incluídas nos activos intangíveis. As diferenças de consolidação são sujeitas a testes de imparidade, numa base anual e são apresentadas ao custo, deduzidas de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor das diferenças de consolidação referentes à mesma.

As diferenças de consolidação são alocadas às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

b) Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com pesquisa são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos em produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Outros dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gasto quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente

reconhecidos como gasto não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, não excedendo cinco anos.

c) Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

d) Concessões e direitos territoriais

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita, associada aos períodos contratuais, e são apresentadas ao custo menos amortizações acumuladas.

Direitos Territoriais	Nº anos	Ano limite de utilização
Pans & Company	10	2006 *
Burquer King	20	2021

Direitos de Concessão	Nº anos	Ano limite de utilização
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço Repsol 2ª Circular	28	2017
Área Serviço do Fogueteiro	16	2015
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Setúbal	14	2017
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área de Serviço A5 Oeiras	12	2015
Área Serviço Modivas	28	2031

*de acordo com o contrato celebrado, e o período estabelecido para “desenvolvimento inicial” (25 de Julho de 2006), o Direito de Franquia foi automaticamente renovado por dois prazos consecutivos de 5 anos cada, nessa mesma data.

Novas Concessões - 1º Semestre de 2006	Ano limite de utilização
Áreas Serviço Barcelos	2036
Áreas Serviço Guimarães	2036
Áreas Serviço Fafe	2036
Áreas Serviço Alvão	2036
Áreas Serviço Felgueiras	2030
Áreas Serviço Vagos	2030
Áreas Serviço Aveiro	2030
Áreas Serviço Ovar	2030
Áreas Serviço Gulpilhares	2030
Áreas Serviço Vouzela	2031
Áreas Serviço Viseu	2031
Áreas Serviço Paredes	2032

2.7 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto a imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

No caso dos activos corpóreos, cada loja foi identificada como sendo uma unidade geradora de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos.

2.8 Investimentos Financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. Os gestores determinam a classificação no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e reavaliam essa classificação em cada data de relato.

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde o seu início. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de balanço.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Estes activos são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a conta a receber. São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a

maturidades superiores a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como activos não-correntes. Empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço em Contas a receber de clientes e outros devedores (Nota 2.10).

c) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que os gestores do Grupo têm intenção e capacidade para os manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não-correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data do balanço, os quais são classificados como activos correntes.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se os gestores entenderem alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data do balanço.

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos financeiros não reflectidos ao justo valor através de resultados (neste caso, são também reconhecidos ao justo valor, mas os custos de transacção são registados em custos do exercício em que sejam incorridos). Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber dinheiro dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse. Activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequentemente valorizados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva. Os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, são incluídos na demonstração de resultados do período em que surgem. Os ganhos e perdas não realizadas, resultantes de alterações do justo valor de títulos não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados do justo valor são incluídos na demonstração de resultados como ganhos ou perdas de investimentos em títulos.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

Se não há um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor usando técnicas de avaliação, as quais incluem o uso de transacções recentes entre partes independentes, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente idênticos, análise do fluxo de caixa descontado e modelos refinados de preços de opções que reflectam as circunstâncias específicas de emissão.

O Grupo verifica em cada data de balanço se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis.

2.9 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos variáveis de venda.

2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade. O ajustamento de imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento de imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento de imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

2.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. As acções preferenciais obrigatoriamente remíveis são classificadas no passivo (Nota 2.13).

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquira acções da empresa-mãe (acções próprias), o valor pago, incluindo os custos incrementais directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

2.13 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando o Grupo seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

2.15 Provisões

As provisões para custos com reestruturação, contratos onerosos e reclamações judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que um exfluxo de recursos será necessário para liquidar a obrigação, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. As provisões para reestruturações incluem penalidades derivadas de rescisão de contratos de locação e pagamentos de indemnizações por cessação de contratos de trabalho dos empregados. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo é determinada em conjunto.

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

a) Venda de bens – retalho

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com cartão de débito/crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda, incluindo honorários de utilização de cartões de débito/crédito a pagar pela transacção. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

b) Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

c) Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

d) Royalties

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos acordos relevantes.

e) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito dos accionistas receberem os dividendos.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outros passivos não correntes, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. As immobilizações corpóreas adquiridas através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período, em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Factores do risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco é conduzida por um departamento central de tesouraria, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, uma vez que o Grupo apenas está presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão denominados em euros, a totalidade das vendas e prestação de serviços são realizadas em Portugal e Espanha e o volume de compras fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

O Grupo detém investimentos em operações externas, não havendo exposição significativa ao risco cambial.

ii) Risco de Preço

O Grupo está exposto ao risco de preço das acções pelos investimentos detidos e classificados no balanço consolidado como activos financeiros disponíveis para venda. O Grupo não está exposto ao risco de preço das mercadorias.

b) Risco de crédito

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas a retalho são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado, em dinheiro ou cartão de débito/crédito. O acesso pelo Grupo a crédito é realizado com instituições financeiras credíveis. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

d) Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Como o Grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, a fixação total ou parcial das taxas de juro.

3.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados, à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

4.1 Estimativas contabilísticas importantes e premissas

O grupo efectua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

a) Estimativa de imparidade das diferenças de consolidação

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade das diferenças de consolidação, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.6. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Se a margem bruta real for superior ou a taxa de desconto, antes de impostos, inferior à estimativa dos gestores, o Grupo não será capaz de reverter as perdas de imparidade das diferenças de consolidação registadas à data de 30 de Junho de 2006. E se a margem bruta real for inferior ou a taxa de desconto, antes de impostos, superior às estimativas dos gestores, as perdas de imparidade das diferenças de consolidação poderão ser superiores às registadas.

b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal e Espanha. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento. Há inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		2006	2005
Empresa mãe			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
Empresas filiais			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80,00%	80,00%
Santo Amaro Café, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	Funchal	100,00%	100,00%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iber' Aki Restauração, S.A.	Porto	85,00%	85,00%
Restmon Portugal, Lda	Lisboa	60,00%	60,00%
Vidisco, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Pasta Caffè. S.L.U.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Inverpeninsular, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ferro e Ferro, Lda.	Setúbal	100,00%	100,00%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersol Restaurants Internacional, Ltd.	Bristol - UK	-	100,00%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Bilcas - Actividades Hoteleiras, Lda	Évora	100,00%	-
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	-
GVG - Gestão de Projectos, S.A.	Porto	100,00%	-
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100,00%	-
Outras filiais			
a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100,00%	100,00%
b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo	100,00%	100,00%

a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

Firma	Sede	% Participação	
		2006	2005
Bilcas - Actividades Hoteleiras, Lda	Évora	100,00%	-
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	-
GVG - Gestão de Projectos, S.A.	Porto	100,00%	-
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100,00%	-

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas a 30 de Junho de 2006:

	<u>Data da aquisição</u>	<u>Jun-06</u>
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	14.889.825	14.888.634
Existências	9.582	7.243
Impostos diferidos activos (Nota 17)	709.737	740.189
Outros activos	19.656.100	19.626.624
Caixa e equivalentes a caixa	-51.043	-11.277
Empréstimos	-4.504.782	-4.188.280
Impostos diferidos passivos (Nota 17)	-	-1.341
Outros passivos	<u>-12.398.237</u>	<u>-12.427.138</u>
	18.311.182	18.634.654
Diferenças de consolidação (Nota 9)	21.420	
Interesses minoritários	<u>-</u>	
	<u>Preço de aquisição</u>	<u>18.332.602</u>
Pagamentos efectuados	7.342.711	
Montantes a pagar no futuro	<u>10.989.890</u>	
	<u>18.332.601</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	7.342.711	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>51.043</u>	
	<u>7.393.754</u>	

Os impactos das aquisições na demonstração de resultados foram os seguintes:

	<u>Jun-06</u>
Proveitos operacionais	72.268
Custos operacionais	-97.512
Resultado financeiro	-5.395
Resultado relativos a investimentos	<u>-</u>
Resultado antes impostos	-30.639
Imposto sobre o rendimento	<u>29.111</u>
Resultado líquido	<u>-1.528</u>

5.2.2. Alienações

No exercício de 2005 não ocorreram alienações de subsidiárias.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Formato de Relato Principal – segmento geográfico

O Grupo opera em duas grandes áreas geográficas, apesar de serem geridos à escala nacional.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O Grupo considera que a actividade desenvolvida na área de restauração é suficientemente homogénea, pelo que o segmento de negócio a apresentar terá por base a dispersão geográfica da mesma:

- (1) Portugal;
- (2) Espanha.

As vendas são distribuídas com base no país em que se localiza o cliente.

Os resultados por segmento do exercício findo em 30 de Junho de 2006 são:

30 DE JUNHO 2006	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	57.690.388	9.414.218	67.104.606
Mercadorias	787.017	1.120.720	1.907.737
Prestação de Serviços	149.189	531.262	680.451
Volume de Negócio por Segmento	58.626.594	11.066.200	69.692.794
Resultado operacional (1)	5.757.413	88.526	5.845.939
Custo de financiamento líquido	-273.747	-55.358	-329.105
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	5.483.666	33.168	5.516.834
Imposto sobre o rendimento	1.643.973	-33.290	1.610.683
Resultado líquido do exercício	3.839.693	66.458	3.906.151

(1) No segmento de Espanha estão incluídos os custos com a oferta pública de aquisição de acções sobre a Tele Pizza no montante 656.482 euros, que decorreu em Espanha no 1º semestre de 2006.

Os resultados por segmento do exercício findo em 30 de Junho de 2005 são:

30 DE JUNHO 2005	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	55.206.687	7.394.648	62.601.335
Mercadorias	751.600	1.401.751	2.153.351
Prestação de Serviços	148.673	456.665	605.338
Volume de Negócio por Segmento	56.106.960	9.253.064	65.360.024
Resultado operacional	4.549.280	635.758	5.185.038
Custo de financiamento líquido	-435.949	-19.795	-455.744
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	4.113.331	615.963	4.729.294
Imposto sobre o rendimento	1.262.197	83.257	1.345.454
Resultado líquido do exercício	2.851.134	532.706	3.383.840

As transferências ou transacções entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES E SAZONALIDADE

Nos primeiros seis meses do exercício de 2006 não se registaram quaisquer factos não usuais.

A sazonalidade do Negócio de restauração é caracterizada por picos de vendas nos meses de Julho, Agosto e Dezembro o que conduz a que o 2º semestre apresente maior actividade que o 1º semestre. No período que compreende os seis primeiros meses do ano, as vendas são cerca de 45% do volume anual e, por efeito da diluição dos custos fixos com o aumento da actividade, o resultado operacional representa cerca de 30%.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 30 de Junho de 2006, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensílios	Outras Imob. corporeas	Imobilizado em curso	Total
01 de Janeiro de 2005						
Custo	55.888.479	37.600.090	2.903.411	5.199.378	1.052.134	102.643.492
Depreciação acumulada	6.440.501	18.105.295	2.437.055	3.440.720	-	30.423.570
Imparidade Acumulada	2.420.160	993.716	37.888	79.975	-	3.531.738
Valor líquido	47.027.819	18.501.079	428.468	1.678.683	1.052.134	68.688.184

31 de Dezembro de 2005						
Valor líquido inicial	47.027.819	18.501.079	428.468	1.678.683	1.052.134	68.688.184
Adições	6.593.568	4.178.503	223.587	446.939	735.223	12.177.820
Diminuições	139.773	118.260	2.181	14.438	54.868	329.519
Transferências	449.090	-1.040	-	910	-453.850	-4.890
Depreciação exercício	1.365.529	3.665.820	228.392	647.511	-	5.907.252
Imparidade Exercício	1.091.020	518.427	21.878	53.419	-	1.684.744
Valor líquido final	51.474.155	18.376.036	399.604	1.411.164	1.278.639	72.939.598

31 de Dezembro de 2005						
Custo	61.898.270	40.513.636	3.041.232	5.451.636	1.278.639	112.183.413
Depreciação acumulada	7.646.979	20.812.069	2.582.142	3.917.587	-	34.958.778
Imparidade Acumulada	2.777.135	1.325.531	59.485	122.885	-	4.285.037
Valor líquido	51.474.155	18.376.036	399.604	1.411.164	1.278.639	72.939.598

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensílios	Outras Imob. corporeas	Imobilizado em curso	Total
30 de Junho de 2006						
Valor líquido inicial	51.474.155	18.376.036	399.604	1.411.164	1.278.639	72.939.598
Variações do perímetro de consolidação (1)	15.451.800	166.795	1.533	10.570	-	15.630.698
Adições	4.242.419	2.722.255	104.385	298.985	402.099	7.770.143
Diminuições	5.386	-30.607	0	505	6.964	-17.752
Transferências	430.521	62.243	707	4.440	-497.912	-
Depreciação exercício	730.865	1.852.521	105.504	294.358	-	2.983.248
Deprec.do Ex.º pelas variações do perímetro	778.669	35.534	333	2.741	-	817.277
Imparidade Exercício	-	-	-	-	-	0
Valor líquido final	70.083.976	19.469.881	400.392	1.427.554	1.175.862	92.557.666

30 de Junho de 2006						
Custo	81.738.074	43.237.345	3.143.206	5.728.134	1.175.862	135.022.621
Depreciação acumulada	9.102.614	22.512.559	2.683.328	4.177.694	-	38.476.195
Imparidade Acumulada	2.551.485	1.254.906	59.485	122.885	-	3.988.760
Valor líquido	70.083.976	19.469.881	400.393	1.427.555	1.175.862	92.557.666

(1) as variações do perímetro correspondem à aquisição de imóveis próprios, pela entrada no perímetro, da empresa IBR Imobiliária, S.A., um andar no Edifício Península, um andar na Foz do Porto, dois andares na grande Lisboa e 12 estabelecimentos comerciais, onde o grupo explora restaurantes Pizza Hut.

No exercício findo em 30 de Junho de 2006, os bens utilizados em regime de locação financeira foi o seguinte:

	Valor Buto	A. Acumuladas
Terrenos e edifícios	1.284.599	172.395
Equipamentos	6.833.534	2.023.719
Ferramentas e utensílios	107.512	78.423
Outras imobilizações corporeas	942.668	521.062
	9.168.313	2.795.600

Sendo que o valor correspondente a contratos celebrados nos primeiros seis meses de 2006 é de 895.626 euros.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis decompõem-se como segue:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Diferenças de consolidação	13.363.455	13.386.537
Outros Intangíveis	<u>18.133.400</u>	<u>5.066.114</u>
	<u>31.496.855</u>	<u>18.452.651</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 30 de Junho de 2006, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Diferenças de Consolidação	Trespases	Marcas e licenças	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Imobilizado em curso	Total
01 de Janeiro de 2005							
Custo	12.984.775	1.390.500	20.357.122	521.932	4.333.436	65.311	39.653.076
Amortização acumulada	-	460.877	18.500.929	408.790	1.882.444	-	21.253.040
Imparidade acumulada	1.615.785	37.711	115.381	-	163.109	-	1.931.985
Valor líquido	11.368.990	891.912	1.740.812	113.142	2.287.883	65.311	16.468.051
31 de Dezembro de 2005							
Valor líquido inicial	11.368.996	891.912	1.740.812	113.142	2.287.883	65.311	16.488.057
Adições	2.063.704	126.981	1.379.431	10.517	286.892	28.796	3.896.316
Diminuições	-	199.519	1.774	-	136	-	201.429
Transferências	-	-	4.988	-	4.890	-4.988	4.890
Amortização do exercício	-	40.291	1.140.687	68.228	231.239	-	1.480.445
Imparidade Exercício	46.163	-	130.262	-	58.314	-	234.738
Valor líquido final	13.386.537	779.083	1.852.509	55.431	2.289.977	89.119	18.452.651
31 de Dezembro de 2005							
Custo	15.048.485	1.305.220	21.425.698	532.449	4.613.658	89.119	43.014.629
Amortização acumulada	-	498.499	19.348.244	477.018	2.102.259	-	22.426.025
Imparidade acumulada	1.661.948	27.638	224.945	-	221.422	-	2.135.953
Valor líquido	13.386.537	779.083	1.852.509	55.431	2.289.977	89.119	18.452.651
30 de Junho de 2006							
Valor líquido inicial	13.386.537	779.083	1.852.509	55.431	2.289.977	89.119	18.452.651
Variações do perímetro de consolidação	-	-	48.910	-	52.104	-	101.014
Adições	45.222	783.050	555.889	14.032	5.556	12.397.849	13.801.598
Diminuições	45.222	-	1.565	-	1.843	-	48.630
Transferências	-	-	-3.030	-	3.030	-	-
Amortização do exercício	-	65.647	506.450	9.116	119.593	-	700.806
Deprec.do Ex.º pelas variações do perímetro	-	-	24.302	-	2.388	-	26.690
Imparidade Exercício	23.082	-	61.044	-	-1.842	-	82.283
Valor líquido final	13.363.455	1.496.486	1.860.917	60.347	2.228.685	12.486.968	31.496.855
30 de Junho de 2006							
Custo	15.048.485	1.870.774	21.818.928	523.570	4.645.787	12.486.968	56.394.512
Amortização acumulada	-	346.650	19.672.022	463.223	2.197.522	-	22.679.417
Imparidade acumulada	1.685.030	27.638	285.989	-	219.580	-	2.218.237
Valor líquido	13.363.455	1.496.486	1.860.917	60.347	2.228.684	12.486.968	31.496.855

(1) as adições da rubrica imobilizado em curso dizem respeito às 24 novas concessões conseguidas no decurso do 1º semestre do ano de 2006, em áreas de serviço nas Auto-estradas do Norte, Costa da Prata, Beiras e Grande Porto.

Testes de imparidade das diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação são distribuídas pelas unidades geradoras de fluxos (JGCs) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio.

Apresenta-se abaixo um resumo das diferenças de consolidação distribuídas por segmento:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Portugal	4.230.709	4.253.791
Espanha	<u>9.132.746</u>	<u>9.132.746</u>
	<u>13.363.455</u>	<u>13.386.537</u>

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

As previsões têm vindo a ser utilizadas para a análise de cada UGC do segmento de negócio. Os gestores determinam a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os segmentos relevantes.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros (1)	3.190.712	3.190.712
Outros activos financeiros (2)	863.871	863.871
	<u>4.054.583</u>	<u>4.054.583</u>
Perdas de imparidade acumuladas (1)	<u>1.870.000</u>	<u>1.870.000</u>
	<u>2.184.583</u>	<u>2.184.583</u>

(1) Inclui um valor adiantado no montante de 3.018.628 euros, para aquisição de uma sociedade que explora um conjunto de restaurantes em Espanha, cuja negociação ainda não foi concluída e que entretanto registou uma perda de valor de 1.870.000 euros.

(2) Inclui a participação de 20% na sociedade QRM – Projectos Turísticos, S.A., dedicada à restauração e catering, no valor de 600.000 euros, sendo que a alienação ou reforço está condicionada à concretização de objectivos estabelecidos no contrato de aquisição.

O grupo segue a orientação da IAS 39 (revista em 2004) na determinação da imparidade permanente dos investimentos, a qual requer que o grupo avalie, entre outros factores, a duração e em que medida o justo valor de um investimento é inferior ao seu custo e a saúde financeira e perspectivas de negócio para a participada, incluindo factores tais como a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e de financiamento.

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro 2005, é o seguinte:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Clientes e outros devedores	256.544	251.187
Outros activos não correntes	256.544	251.187
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<u>256.544</u>	<u>251.187</u>

12. EXISTÊNCIAS

Em 30 de Junho de 2006 e de 31 de Dezembro 2005 o detalhe das existências do grupo era o seguinte:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.848.420	2.706.663
Mercadorias	132.948	134.794
	<u>2.981.368</u>	<u>2.841.457</u>
Perdas de imparidade acumuladas	74.981	74.981
Existências líquidas	<u>2.906.387</u>	<u>2.766.476</u>

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2006 e de 31 de Dezembro 2005 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Numerário	329.203	278.610
Depósitos bancários	2.380.714	2.044.441
Aplicações de tesouraria	<u>155.037</u>	<u>3.017.130</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	2.864.954	5.340.181
Descobertos bancários	18.433.024	3.515.043
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>-15.568.070</u>	<u>1.825.138</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro 2005, é o seguinte:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Clientes	2.996.475	2.432.279
Estado e outros entes públicos (1)	4.674.817	1.702.302
Outros devedores (2)	5.918.583	4.097.789
Adiantamentos a fornecedores	11.653	123.679
Acréscimos de proveitos	871.957	981.181
Custos diferidos (3)	<u>1.649.642</u>	<u>1.520.143</u>
Outros activos correntes	16.123.127	10.857.373
	<u> </u>	<u> </u>
Perdas de imparidade acumuladas	624.905	669.211
	<u>15.498.222</u>	<u>10.188.162</u>

(1) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de Iva a recuperar.

(2) A conta Outros devedores decompõe-se pelas seguintes rubricas:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Adiantamentos (a)	200.082	600.000
Venda Maestro à Ibergourmet	-	1.180.155
Venda de activos financeiros (b)	3.515.989	-
Outros	2.202.512	2.317.634
	<u> </u>	<u> </u>
	5.918.583	4.097.789

(a) saldo decorrente do pagamento efectuado com a celebração de um contrato promessa de compra de uma participação, cuja revogação foi acordada no final do ano, e formalizada em 01 de Agosto de 2006.

(b) inclui, essencialmente, o valor das dívidas referentes à integração no semestre dos activos da empresa Anafir – SGPS, S.A., filial adquirida em Junho de 2006.

(3) Detalhe da rubrica custos diferidos:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Rendas e condomínios	1.111.580	1.162.434
Fornecimento e serviços externos	354.418	198.109
Outros	183.644	159.600
Custos Diferidos	<u>1.649.642</u>	<u>1.520.143</u>

15. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2006, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal unitário de 1 euro.

A empresa adquiriu 206.000 acções próprias através da compra na Euronext no 1º semestre de 2006. O montante pago para aquisição das acções foi de 1.546.730 € e foi deduzido ao capital próprio. As acções são detidas como acções próprias. A empresa tem o direito de revender estas acções numa data posterior. Todas as acções emitidas pela empresa estão totalmente realizadas.

Nos primeiros seis meses do ano, a empresa procedeu à venda de 4.920 acções próprias na Euronext pelo montante de 40.610 euros.

No final do semestre a sociedade detinha 1.573.211 acções próprias pelo valor de aquisição de 6.754.132 euros.

O montante de reservas indisponíveis do grupo, diz respeito às reservas legais, e é de 5.402.664 euros.

16. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	Jun-06	Dez-05
Empréstimos bancários	13.174.355	10.062.111
	13.174.355	10.062.111
Corrente	Jun-06	Dez-05
Descobertos bancários	18.433.024	3.515.043
Empréstimos bancários	6.049.937	4.938.315
	24.482.961	8.453.358
Total empréstimos	37.657.316	18.515.469

Edifícios e Outras Construções no valor de 8.772.891 € (1.045.994 em 2005) estão dados em garantia de empréstimos bancários (Nota 29).

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	Jun-06	Dez-05
entre 1 e 2 anos	10.995.613	9.976.203
entre 2 e 5 anos	1.702.561	85.908
> 5 anos	476.182	-
	13.174.355	10.062.111

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

17.1. Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Impostos diferidos passivos	Jun-06	Dez-05
Homogeneização de amortizações	8.047.929	7.554.864
Perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	-1.270.379	-1.444.185
Anulação de imobilizações incorpóreas	-217.844	-218.646
Anulação de menos-valias fiscais pela venda imobilizado I/G	312.909	312.909
	6.872.615	6.204.942

17.2. Impostos diferidos activos

O detalhe dos activos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Impostos diferidos activos

Prejuízos fiscais reportáveis

Jun-06	Dez-05
2.495.516	2.138.207
2.495.516	2.138.207

SALDO DE REPORTES FISCAIS POR ANO LIMITE DE UTILIZAÇÃO (após utilização em 30-06-2006) (*)								
2006	2007	2008	2009	2010	2011/2020	2012/2021	2015-2019	TOTAL
135.464	951.665	2.006.119	780.144	749.693	1.295.803	806.823	1.712.263	8.437.975

(*) Empresas Portuguesas: 6 anos
 Empresas Espanholas: 15 anos

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 691.552 referentes a prejuízos fiscais de 2.514.736 que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

18. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

As provisões para riscos e encargos no montante de 15.393 euros sofreu uma redução de 10.136 pela conclusão do processo judicial em curso na Vidisco, decorrente do imposto sobre o rendimento.

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

	Jun-06	Dez-05
Fornecedores locação financeira	2.641.163	2.646.520
Outros credores (1)	<u>1.144.883</u>	<u>1.201.967</u>
	<u>3.786.046</u>	<u>3.848.487</u>

(1) inclui um valor de 879.864, referente à dívida pela compra da Vidisco, e 261.869 referente ao valor ainda em dívida da compra da sociedade que detinha a concessão da Pizza Hut da Foz.

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Capital em dívida:		
Até 1 ano	1.771.983	2.163.873
Mais de 1 ano e até 5 anos	2.641.163	2.646.520
	<u>4.413.146</u>	<u>4.810.393</u>

20. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Fornecedores c/c	15.438.821	15.467.618
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	665.180	753.214
Fornecedores de imobilizado c/c (1)	12.239.806	1.424.605
Fornecedores imobilizado - inv.financeiros	645.000	-
Fornecedores locação financeira	<u>1.771.983</u>	<u>2.163.873</u>
Total contas a pagar a fornecedores	<u>30.760.790</u>	<u>19.809.310</u>

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	47.566	59.199
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	4.506.900	3.536.982
Acréscimos de custos - Prémios	719.088	487.878
Acréscimos de custos - Juros a liquidar	204.785	212.293
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	1.520.583	1.171.345
Acréscimos de custos - Outros	<u>242.664</u>	<u>659.248</u>
Total acréscimos de custos	<u>7.241.586</u>	<u>6.126.945</u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	<u>38.002.376</u>	<u>25.936.255</u>

(1) a variação nesta rubrica deve-se, essencialmente, à integração no semestre do passivo da GVG – Gestão de projectos, S.A., filial adquirida em Junho de 2006.

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Outros credores	1.108.008	991.627
Estado e outros entes públicos	4.307.868	2.859.710
Proveitos diferidos (1)	<u>6.520.935</u>	<u>5.196.149</u>
	<u>11.936.811</u>	<u>9.047.486</u>

(1) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Contratos com fornecedores (1)	6.138.187	4.563.917
Direitos de franquias	100.865	140.989
Resultado lease-back	211.645	350.555
Subsidio para investimento	17.328	21.040
Rendas	52.910	90.316
Outros	<u>0</u>	<u>29.332</u>
	<u>6.520.935</u>	<u>5.196.149</u>

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores em 2006 e respeitantes a exercícios seguintes.

22. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício findo em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 são detalhados como segue:

	<u>Jun-06</u>	<u>Jun-05</u>
Imposto corrente	583.875	239.664
Imposto diferido (Nota 17)	<u>1.026.808</u>	<u>1.105.790</u>
	<u>1.610.683</u>	<u>1.345.454</u>

23. RESULTADO POR ACÇÃO

Básico e diluído

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (Nota 15).

	<u>Jun-06</u>	<u>Jun-05</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	<u>3.744.224</u>	<u>3.235.100</u>
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de açõpes próprias	-1.472.671	-1.371.381
	<u>18.527.329</u>	<u>18.628.619</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,20</u>	<u>0,17</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,20</u>	<u>0,17</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

24. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 18 de Abril de 2006 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,055 euros por acção (0,055 euros em 2005), os quais foram pagos em 18 de Maio de 2006 correspondendo a um valor total de 1.013.633 euros (1.024.574 euros em 2005).

25. CONTINGÊNCIAS

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio. Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 30 de Junho de 2006, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>Jun-06</u>	<u>Dez-05</u>
Garantias prestadas	72.986	77.200
Garantias bancárias	1.749.407	1.747.515

Existem ainda na Vidisco e na IBR Imobiliária hipotecas de edifícios no valor de 1.055.249 e 7.717.642 euros, respectivamente (1.045.994 em 2005), dadas como garantias a empréstimos.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

A 20 de Julho do corrente ano, a Ibersol SGPS comunicou, através da sua filial espanhola Vidisco, SL, a desistência da sua Oferta Pública de Aquisição de Acções da Tele Pizza, S.A..

A Ibersol SGPS, através da sua participada espanhola Inverpeninsular SL, concluiu a 01 de Agosto de 2006 a operação de aquisição da totalidade do capital da sociedade espanhola Lurca S.A., que explora 31 unidades Burger King situadas em diferentes províncias de Espanha, com especial incidência na zona de Madrid. O volume de negócios destas unidades ascendeu em 2005 a cerca de 27,5 milhões de euros.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 19 de Setembro de 2006.

INFORMAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

De acordo com o disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e dando cumprimento à alínea b) do artº 9º do Regulamento da CMVM nº 4/2004, declaramos ter a seguinte informação:

Conselho de Administração	Data	<u>Aquisições</u> nº acções	SALDO 30.06.2006
António Alberto Guerra Leal Teixeira			
ATPS- S.G.P.S., SA (1)			5,011
Ibersol SGPS, SA			1,400
António Carlos Vaz Pinto Sousa			
ATPS- S.G.P.S., SA (1)			5,011
Ibersol SGPS, SA			1,400

	Data	<u>Aquisições</u> nº acções	SALDO 30.06.2006
(1) ATPS- S.G.P.S., SA			
Ibersol SGPS, SA			425,182
ATPS III-SGPS, SA (2)			697,483,937
I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SA (3)			2,000,000

(2) ATPS III - SGPS, SA			
I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SA (3)			455,000

(3) I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA			
Ibersol SGPS, SA			9,998,000

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, não detinha acções em 30 de Junho de 2006 e não realizou transacções com acções da Ibersol SGPS.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Em cumprimento do artº 8º alínea e) do Regulamento da CMVM nº 4/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas conhecidos a 30 de Junho de 2006:

Accionista	nº acções	% capital social	% direitos voto
ATPS - SGPS, S.A.			
Directamente	425,182	2.13%	2.31%
I.E.S.-Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS,S.A.	9,998,000	49.99%	54.26%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1,400	0.01%	0.01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1,400	0.01%	0.01%
Total participação detida / imputável	10,425,982	52.13%	56.58%
Banco BPI, S.A.			
Directamente	1,200,000	6.00%	6.51%
BPI Gestão Activos - Soc. Gestora Fundos Investimento Mobiliário, S.A.	365,671	1.83%	1.98%
Total participação detida / imputável	1,565,671	7.83%	8.50%
Millenium bcp,S.A.			
AF PPA	716,763	3.58%	3.89%
AF Acções Portugal	666,954	3.33%	3.62%
Total participação detida / imputável	1,383,717	6.92%	7.51%
Caixagest-Técnica de Gestão Fundos, SA			
Caixagest Portugal Acções	764,823	3.82%	4.15%
Caixagest PPA	546,483	2.73%	2.97%
Postal Acções	29,349	0.15%	0.16%
Total participação detida / imputável	1,340,655	6.70%	7.28%

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006, da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 150.363.638 euros e um total de capital próprio de 52.103.218 euros, incluindo um resultado líquido de 3.744.224 euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

A

Ibersol, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

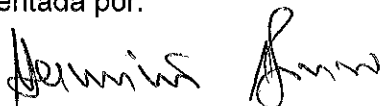
7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 27 de Setembro de 2006

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

IBERSOL – S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso 105/159-9º andar-Porto

Contribuinte N° 501.669.477

Matriculada na Cons. Reg. Com. Porto sob o N° 51.117

Capital Social: 20.000.000 Euros

Relatório e Contas Individuais

1º Semestre de 2006

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, apresentamos a V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas da IBERSOL - S.G.P.S., S.A. relativas ao primeiro semestre de 2006.

1- ENVOLVENTE ECONÓMICA

Reflectindo o comportamento favorável da procura externa, a actividade económica em Portugal apresentou uma trajetória ascendente.

O crescimento do PIB para 2006 foi revisto em alta para 1,2%, mas ainda claramente abaixo do crescimento da actividade na área do euro.

No final do semestre, as taxas de referência do BCE aumentaram em 25 bp reflectindo a evolução das taxas de juro no mercado monetário.

Em resultado de uma apreciação mais favorável do desempenho económico no 1º semestre, o Fundo Monetário Internacional reviu em alta as previsões de crescimento da economia mundial para 2006-2007.

2 – ACTIVIDADE

A evolução da actividade da Ibersol SGPS está associada ao desenvolvimento estratégico das suas participadas, cujo volume de negócios, no 1º semestre, cresceu cerca de 6,6%.

A Ibersol SGPS centrou a sua actividade na prestação de serviços técnicos de administração e gestão às empresas do Grupo, com especial enfoque na vertente estratégica e financeira do negócio.

3 - SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA

Tal como no final do ano, a sociedade aplicou o método da equivalência patrimonial na valoração das participações financeiras. No semestre homólogo de 2005 havia utilizado o critério do custo de aquisição.

Passamos a referir os factos mais importantes ocorridos no período, no que concerne aos resultados e às alterações verificadas na estrutura patrimonial da empresa.

3.1 Resultados

O resultado operacional apurado no exercício ascende a 153 mil euros, sendo que:

a) os proveitos inerentes à prestação de serviços à participada - Ibersol Restauração, S.A.- que faz a gestão dos serviços partilhados pelas diferentes Marcas exploradas pelo Grupo, foram idênticos aos do 1º semestre de 2005;

b) os custos operacionais reduziram em 10 mil euros face ao 1º semestre do ano transacto e ascenderam a 147 mil euros.

Por força da utilização do método de equivalencia patrimonial, o resultado financeiro aumentou e foi positivo em 3,3 milhões de euros.

O resultado extraordinário negativo de 46 mil euros teve origem nos custos associados à liquidação da participada inglesa Ibersol Restaurants International, Ltd .

O resultado líquido situa-se em 3.25 milhões de euros.

3.2 Situação Patrimonial

Em 30 de Junho de 2006, o activo ascendia a 140,7 milhões de euros e o endividamento líquido remunerado ascendia a cerca de 370 mil euros. O capital próprio situava-se nos 49,3 milhões de euros.

4 - ACCÕES PRÓPRIAS

O objectivo de contribuir para uma maior liquidez no mercado bolsista levou a que no período a sociedade tenha efectuado a venda de 4.920 acções por 40.610 euros e adquirido 206.000 acções próprias pelo montante de 1.546.730 euros.

Em 30 de Junho de 2006, a sociedade detinha 1.573.211 acções, com valor nominal de 1€cada, com um valor global de aquisição de 6.754.133 euros.

5 - PERSPECTIVAS

O planeamento estratégico e operacional será o principal foco da nossa actividade no 2º semestre no sentido de reforçar os factores competitivos das nossas participadas para o próximo ano.

Porto, 19 de Setembro de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

IBERSOL - S.G.P.S., S.A.
BALANÇO EM 2006.06.30

(valores em Euros)

Activo	30.06.06			31.12.05
	Activo Bruto	Amortizações Provisões	Activo Líquido	AL
IMOBILIZADO:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	50,574	50,574	0	0
	50,574	50,574	0	0
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	29,828	25,354	4,474	5,965
Equipamento básico	3,736	3,736	0	0
Ferramentas e Utensílios	196	196	0	0
Equipamento administrativo	215,338	215,338	0	0
Outras imobilizações corpóreas	18,093	17,188	905	1,810
	267,191	261,812	5,379	7,775
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	104,080,363	0	104,080,363	100,471,550
Empréstimos a empresas do grupo	15,147,403		15,147,403	15,755,625
Partes de capital em empresas grupo-Trespases	19,547,230	7,296,173	12,251,057	12,764,609
Títulos e outras aplicações financeiras	264,000		264,000	264,000
Prestações acessórias a empresas do grupo	7,225,000		7,225,000	7,225,000
Adiantamentos por conta de investim. financeiro	172,085		172,085	172,085
	146,436,081	7,296,173	139,139,908	136,652,869
CIRCULANTE:				
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Empresas do grupo	720,282		720,282	2,234,372
Estado e outros entes públicos	31,896		31,896	26,476
Outros devedores	27,268		27,268	13,101
	779,446	0	779,446	2,273,949
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria			0	50,000
	0		0	50,000
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	38,918		38,918	36,516
Caixa	6		6	6
	38,924		38,924	36,522
ACRÉSCIMO E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de proveitos	539,854		539,854	0
Custos diferidos	4,556		4,556	6,205
Impostos diferidos	150,101		150,101	259,219
	694,511		694,511	265,424
		312,386		
Total de amortizações		7,296,173		
Total de provisões				
Total do activo	148,266,728	7,608,559	140,658,168	139,286,539

IBERSOL - S.G.P.S., S.A.
BALANÇO EM 2006.06.30

Capital próprio e passivo	(valores em Euros)	
	30.06.06	31.12.05
CAPITAL PRÓPRIO:		
Capital	20,000,000	20,000,000
Acções próprias		
Valor nominal	-1,573,211	-1,372,131
Desconto e prémios	-5,180,922	-3,859,837
Prémios de emissão de acções	469,937	469,937
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	14,433,245	8,503,126
Reservas de reavaliação	12,110	12,110
Reservas:		
Reservas legais	4,000,000	4,000,000
Reservas legais- Acções próprias	6,754,133	
Outras Reservas	7,095,102	12,798,682
Resultados transitados		
Subtotal	46,010,394	40,551,887
Resultado Líquido do exercício	3,253,753	7,955,056
Total do capital próprio	49,264,147	48,506,942
PASSIVO:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	5,257	5,257
	5,257	5,257
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO		
	0	0
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO :		
Dívidas a instituições de crédito	409,668	403,993
Fornecedores, c/c	12,267	5,894
Empresas do grupo	58,483	
Fornecedores de imobilizado, c/c		
Estado e outros entes públicos	9,364	130,792
Outros credores	645,675	3,647
	1,135,457	544,326
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS :		
Acréscimos de custos	88,780	65,487
Proveitos diferidos	90,164,527	90,164,527
	90,253,307	90,230,014
Total do passivo	91,394,021	90,779,597
Total capital próprio e do passivo	140,658,168	139,286,539

O Conselho de Administração,

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO

Custos e perdas	(valores em Euros)			
	2006		2005	
Fornecimentos e serviços externos	36,349	36,349	64,571	64,571
Custos com o pessoal:				
Remunerações	89,934		67,382	
Encargos sociais:				
Outros	15,352	105,286	15,760	83,142
Amortizações do Imobilizado corpóreo e incorpóreo	2,396		2,591	
Provisões		2,396		2,591
Impostos	2,738		6,464	
Outros custos operacionais		2,738		6,464
(A)		146,769		156,768
Perdas em empresas do grupo e associadas				
Amortizações e ajustamentos de investim. financeiros	558,774			
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo				
Outros	10,025	568,799	11,423	11,423
(C)		715,568		168,191
Custos e perdas extraordinárias		46,360		
(E)		761,928		168,191
Imposto sobre o rendimento:				
Corrente	189		0	
Diferido	109,118	109,307	106,484	106,484
(G)		871,235		274,675
Resultado líquido do exercício		3,253,753		2,345,922
		4,124,988		2,620,597
Proveitos e ganhos				
Prestação de serviços	300,000	300,000	300,000	300,000
Trabalhos para a própria empresa				
Proveitos suplementares	157			
Subsídios à exploração				
Outros proveitos e ganhos operacionais		157		0
(B)		300,157		300,000
Ganhos em empresas do grupo e associadas	3,584,729			
Rendimentos de participações de capital			2,066,179	
Rendimentos de títulos negoc. e de outras aplic. financ.:				
Relativos a empresas do grupo	0			
Outros				
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo	239,854		211,545	
Outros	248	3,824,831	16,501	2,294,225
(D)		4,124,988		2,594,225
Proveitos e ganhos extraordinários				26,372
(F)		4,124,988		2,620,597
Resumo:				
Resultados Operacionais: (B) - (A) =		153,388		143,232
Resultados Financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		3,256,032		2,282,802
Resultados Correntes: (D) - (C) =		3,409,420		2,426,034
Resultados antes de Impostos: (F) - (E) =		3,363,060		2,452,406
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G) =		3,253,753		2,345,922

O Conselho de Administração,

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 30 de Junho de 2006

Nota Introdutória:

As demonstrações financeiras, foram elaboradas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 79/2003, de 23 de Abril.

As Notas às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida pelo POC, sendo de referir que as notas não incluídas neste Anexo não têm aplicação, por inexistência ou irrelevância de valores ou situações a reportar.

1. DERROGAÇÕES AO POC

Embora as contas individuais da Ibersol SGPS, SA sejam elaboradas de acordo com o POC, para efeitos de determinação dos ajustamentos resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial, utilizaram-se como referencia as contas consolidadas preparadas de acordo com os IFRS, por se entender que estas representam de forma mais verdadeira e apropriada a situação financeira e os resultados das operações realizadas pelo conjunto das empresas incluídas na consolidação. No caso do goodwill, porém, o mesmo foi amortizado conforme preconizado pelo POC, sendo nas contas consolidadas sujeito a testes de imparidade anual. Tal facto faz com que os Capitais Próprios e os Resultados Líquidos nas contas individuais sejam diferentes dos das contas consolidadas no montante de :

Resultado liquido	-490.471 €
Capitais próprios	-1.112.405€

2. COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

O balanço e demonstração dos resultados não são comparáveis, em algumas rúbricas, em virtude de no 1º semestre de 2005 a sociedade não ter aplicado o método da equivalência patrimonial (MEP).

Os efeitos da aplicação do MEP na demonstração de resultados do periodo findo em 30 de Junho de 2006 são os seguintes:

<u>Efeitos de aplicação do MEP</u>	<u>euros</u>
Custos e proveitos financeiros	558,774
Proveitos e ganhos financeiros	2,063,261
<u>Resultado liquido</u>	<u>1,504,487</u>

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de harmonia com os princípios definidos no Plano Oficial de Contabilidade. Entre outros, foram preparadas segundo o princípio dos custos históricos, do acréscimo, e na base da continuidade das operações.

a) Investimentos Financeiros

As Partes de Capital em filiais e associadas são valorizadas de acordo com a Directriz Contabilística nº9, a qual preconiza a utilização do método da equivalência patrimonial, caso não existam restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora; ou, as partes de capital sejam adquiridas e detidas exclusivamente com a finalidade de venda num futuro próximo. Nestes dois casos deverá ser utilizado o método do custo.

Os empréstimos de financiamento a empresas do grupo, estão registados pelo valor nominal dos mesmos.

b) Imobilizações Corpóreas e incorpóreas

O Imobilizado é registado ao custo de aquisição. Procedeu-se à Reavaliação do Imobilizado Corpóreo, no exercício de 1993, com base no Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

As Amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar nº 2/90.

c) Imposto sobre rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC).

Os impostos diferidos são calculados quando existam diferenças temporárias entre os valores considerados para efeitos fiscais e os montantes relevados na contabilidade em activo ou passivo, custos ou proveitos. De acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 12 (Revista), e por força da Directriz Contabilística nº 28 – Impostos sobre o Rendimento, são reconhecidos impostos diferidos activos e passivos sempre que os respectivos efeitos sejam significativos para a melhoria da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras da entidade.

6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é auto-liquidado pela Sociedade e as autoridades fiscais têm o direito de inspecionar e ajustar as declarações a qualquer momento dentro dos quatro anos subsequentes àquele a que a declaração respeita (seis em caso de utilização de prejuízos fiscais). Os prejuízos fiscais são reportáveis nos seis exercícios subsequentes.

O valor do reporte fiscal à data de 30 de Junho de 2006 ascende a 545.822 euros (relativos ao exercício de 2002, podendo ser utilizados até 2008), tendo sido reconhecidos os respectivos impostos (à taxa de 27,5%) diferidos activos no montante de 150.101 euros em rubrica própria do Activo. Em rubrica própria da Demonstração de

IBERSOL - S.G.P.S., S.A.

Resultados é relevado o valor do Imposto correspondente ao reporte utilizado no período e que ascendeu a 109.118 euros.

7. PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi de três.

10. MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

1 - ACTIVO BRUTO

RÚBRICAS	SALDO INICIAL 01-01-2006	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	
				E ABATES (a)	SALDO FINAL 30-06-2006
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de Invest. e Desenvolviment	50,574				50,574
	50,574	0	0	0	50,574
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	29,828				29,828
Equipamento básico	3,736				3,736
Ferramentas e Utencilios	196				196
Equipamento administrativo	215,338				215,338
Outras imobilizações corpóreas	18,093				18,093
	267,191	0	0	0	267,191
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grup	100,471,550	1,399,394	0	2,209,419	104,080,363
Empréstimos a empresas do grupo	15,755,624	960,000	820,000	-748,221	15,147,403
Partes de cap. em emp. grupo/trespas	19,503,430	0	0	43,800	19,547,230
Títulos e outras aplicações financeiras	264,000	0	0	0	264,000
Outros empréstimos concedidos	7,225,000	0	0	0	7,225,000
Adiantamento p/conta invest.financeir	172,085	0	0	0	172,085
	143,391,689	2,359,394	820,000	1,504,998	146,436,081

a) Em transferências e abates estão incluídos os ajustamentos introduzidos pela aplicação do MEP

A regularização em "Empréstimos a empresas do Grupo resulta da liquidação da participada Ibersol Restaurants International.

IBERSOL - S.G.P.S., S.A.

2 - AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RÚBRICAS	SALDO INICIAL 01-01-2006	REFORÇO	REAVLIAÇÃO	REGULARIZAÇÕES (a)	SALDO FINAL 30-06-2006
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de Invest. e Desenvolvim	50,574				50,574
	50,574	0	0	0	50,574
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	23,863	1,491			25,354
Equipamento básico	3,736				3,736
Ferramentas e Utensílios	196				196
Equipamento Administrativo	215,338				215,338
Outras imobilizações corpóreas	16,283	905			17,188
	259,416	2,396	0	0	261,812
Investimentos Financeiros					
Partes de cap. em emp. grupo/trespas	6,738,821			557,352	7,296,173
	6,738,821	0	0	557,352	7,296,173

(a) Esta coluna contém o valor de ajustamentos provocados pela aplicação do MEP.

O reforço das amortizações para Partes de capital em empresas do Grupo/Trespases no montante de 558.574 euros está relevada na rubrica de custos financeiros (amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros) da Demonstração dos Resultados.

12. REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Foi efectuada, em 1993, reavaliação aos bens do Imobilizado Corpóreo com base no, Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

O aumento relativo à reavaliação já foi integralmente amortizado.

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

EMPRESAS	Sede	Capital Social da Participada	Valor de Aquisição	Cap. Detido	% de Participação	Contas Aprovadas		
						C.Próprios	Resultados	ANO
EMPRESAS DO GRUPO								
Ibersol - Restauração S.A.	Porto	150,000	93,592	500	0.3%	1,423,774	412,976	2005
Ibersol Madeira Restauração, SA	Funchal	50,000	50,000	50,000	100.0%	101,668	-15,422	2005
Iberusa-Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	90,000	158,119	4,500	5.0%	4,164,668	1,316,381	2005
Asurebi, SGPS, S.A.	Porto	4,100,000	100,000,946	3,803,669	92.8%	104,778,532	1,750,838	2005
Restmon Portugal Lda	Lisboa	65,000	498,798	39,000	60.0%	-838,986	-134,717	2005
Ibergourmet- Produtos Alimentares, SA	Porto	50,000	57,020	50,000	100.0%	315,931	-327,946	2005
GVG Gestão Projectos , SA	Porto	50,150	645,000	50,150	100.0%	98,115	6,732	2005
Total			100,859,903					

IBERSOL - S.G.P.S., S.A.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Fiança à Ibersol Restauração, S.A. pelas obrigações que esta sociedade assumiu no arrendamento de uma loja comercial, de 231 m2, em Oeiras, no valor de 28.342 euros.

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por sua conta é de 291.083 euros.

34. PROVISÕES ACUMULADAS

Desdobramento das contas de provisões acumuladas e movimentos ocorridos no período:

CONTAS	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
29 - Provisões para outros riscos e encargos				
298 - Outros Riscos e Encargos	5.257			5.257

36. DIVISÃO DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado por 20.000.000 acções ao portador, com o valor nominal unitário de 1 €e está integralmente subscrito e realizado.

37. PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL SUPERIOR OU IGUAL A 20%, POR PESSOAS COLECTIVAS

IES - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A. - 49,99%

40. MOVIMENTOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Nas rubricas de capitais próprios ocorreram os movimentos resultantes de :

- a) deliberação aprovada na Assembleia Geral Anual de 18 de Abril de 2006 :
 - aplicação dos resultados liquidados de 2005 em reservas livres (948.141 euros) e reservas não distribuíveis (ajustamentos em partes de capital no montante de 5.906.915 euros) e;
 - distribuição de dividendos no montante de 1.100.000 euros;
- b) reservas por alteração do perimetro de consolidação (23.806 euros)
- c) aquisição de acções próprias (1.546.830 euros) e alienação acções próprias (24.565 euros e constituição de reservas de 16.045 euros)
- d) constituição de reservas indisponíveis pelo montante das acções próprias (6.754.133 euros)

IBERSOL - S.G.P.S., S.A.

RÚBRICAS	Saldo Inicial	Aumento	Efeito alteração Perímetro	Redução	Saldo Final
Capital	20,000,000				20,000,000
Acções Próprias					
Valor nominal	-1,372,131	-206,000		-4,920	-1,573,211
Descontos e Prémios	-3,859,837	-1,340,730		-19,645	-5,180,922
Ajustamentos em partes capital em filiais	8,503,125	5,906,915	23,806	601	14,433,245
Prémios de Emissão	469,937				469,937
Reservas de Reavaliação	12,110				12,110
Reservas:					
Reservas Legais	4,000,000	0			4,000,000
Reservas Legais - Acções Próprias		6,754,133			6,754,133
Outras Reservas	12,798,682	2,064,186		7,767,766	7,095,102
Resultados Líquidos do Exercício	7,955,056	3,253,753		7,955,056	3,253,753

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ORGÃOS SOCIAIS

Fiscal Único 13.150 euros

O Conselho de Administração não é remunerado pela sociedade. É remunerado pela IES - Industria Engenharia e Serviços, SGPS,SA que celebrou um contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol Restauração, S.A. em vigor no 1º semestre de 2006, pelo valor de 152.210 euros.

44. REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços foram exclusivamente prestadas no mercado interno.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

RUBRICAS	Exercícios		RUBRICAS	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
681 - Juros suportados	5,871	8,099	781 - Juros obtidos (a)	240,102	228,046
683- Amortizações e Ajusta. Em Inv. Fin. (c)	558,774		782 - Ganhos em emp.do Grupo e assoc. (b)	3,584,729	0
688 - Outros custos e perdas financeiras	4,154	3,324	784 - Rendimentos de participações de capital		2,066,179
Resultados financeiros	3,256,032	2,282,802			
	3,824,831	2,294,225		3,824,831	2,294,225

a) Os juros obtidos são essencialmente provenientes da remuneração de suprimentos prestados a participadas e a dívida resultante está incluída no saldo da rubrica de balanço " Dividas de terceiros c.p.- Empresas do Grupo"

b) Os ganhos em empresas do Grupo resultam da aplicação do MEP.

c) As amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros decorrem da aplicação do MEP.

IBERSOL - S.G.P.S., S.A.

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

RUBRICAS	Exercícios		RUBRICAS	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
			794 - Ganhos em imobilizações	0	67,300
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	46,360	0	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	0	17,900
Resultados extraordinários	-46,360	26,372			
	0	26,372		0	85,200

47. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- DECRETO LEI nº 495/88

A actividade da sociedade rege-se pelo disposto no Decreto-Lei nº 495/88, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 318/94, de 24 de Dezembro.

Nos termos do nº.3 do artº.4 º, informamos que durante o exercício foram celebrados e vigoraram contratos de prestação de serviços com:

Ibersol - Restauração, S.A.

- DECRETO LEI nº 318/94

Nos termos do nº 4 do artº 5 do Decreto-Lei nº 318/94, de 24 de Dezembro informamos que:

- **Créditos concedidos a empresas participadas**

EMPRESAS	SALDO INICIO ANO	MOVIMENTOS DO ANO		SALDO EM 30.06.06
		Concedidos	Devolvidos	
Empresas do grupo				
Iberusa- Hotelaria e Restauração, SA	13,565,407	900,000	820,000	13,645,407
Asurebi, SGPS,SA	269,000	0	0	269,000
Ibersol Restaurants International, Ltd	748,221	0	0	0
Ibersol Restauração, SA	522,996	0	0	522,996
Ibersol Madeira Restauração, SA	30,000	0	0	30,000
Restmon Portugal	620,000	60,000	0	680,000
SUB-TOTAL	15,755,624	960,000	820,000	15,147,403
Prestações Suplem./Acessórias				
Ibergourmet -Produtos Alimentares, SA	1,025,000	0	0	1,025,000
Iberusa- Hotelaria e Restauração, SA	6,000,000	0	0	6,000,000
Ibersol Madeira Restauração, SA	200,000	0	0	200,000
SUB-TOTAL	7,225,000	0	0	7,225,000
TOTAL GERAL	22,980,624	960,000	820,000	22,372,403

IBERSOL - S.G.P.S., S.A.

48. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Financiamentos não remunerados

Não existem financiamentos às participadas não remunerados.

2. Dívidas de empresas do Grupo – curto prazo

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

Empresa do Grupo	<u>Valor</u>
Ibersol Restauração	700,000
Restmon	20,282
	<u>720,282</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto Sousa

Juan Carlos Vásquez-Dodero

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006, da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 140.658.168 euros e um total de capital próprio de 49.264.147 euros, incluindo um resultado líquido de 3.253.753), na Demonstração dos resultados por naturezas do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos valores mobiliários; (b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Ibersol, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

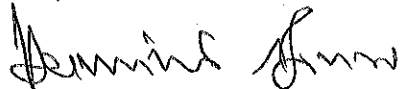
7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 27 de Setembro de 2006

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.